



CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 41/2020

Altera o [ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP nº 6, de 20 de fevereiro de 2020](#), que dispõe sobre a Política de Suporte ao Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho e institui o Manual de Gestão de Demandas de Sistemas Satélites do PJe

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO e do CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando a necessidade de fortalecer a padronização da instalação do Processo Judicial Eletrônico - PJe nos Tribunais Regionais do Trabalho,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 24 do [ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP nº 6, de 20 de fevereiro de 2020](#), que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. A tabela de compatibilidade de versões do PJe e dos Sistemas Satélites, disponível na wiki manual (<https://pje.csjt.jus.br/manual>), apresenta as versões dos satélites compatíveis com o PJe, de acordo com a versão lançada, assim como a lista de sistemas satélites homologados e autorizados para funcionamento com o PJe.

§ 1º Torna-se obrigatória a instalação e disponibilização ao usuário de todos os módulos, funcionalidades e satélites do PJe devidamente homologados e divulgados pelo CSJT, cabendo, ainda, aos Tribunais Regionais zelar pelas respectivas atualizações no prazo de até 14 dias contados do lançamento das novas versões.

§ 2º A lista de módulos, funcionalidades e satélites de implantação obrigatória estará disponível na página do PJe no sítio eletrônico do CSJT.

§ 3º Os Tribunais deverão apresentar ao CSJT seus planos para regularizar e atualizar a instalação e disponibilização de todos os módulos, funcionalidades e satélites do PJe até 31 de janeiro de 2021, sendo 31 de maio de 2021 a data final de regularização para todos os TRTs.

§ 4º É vedado o uso de sistemas satélites não homologados previamente pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 5º da [Resolução CSJT nº 242, de 31 de maio de 2019](#), que dispõe sobre a Política de Governança do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe instalado na Justiça do Trabalho.”

Art. 2º O Anexo I do [ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP nº 6, de 20 de fevereiro de 2020](#), passa a vigorar conforme conteúdo presente no Anexo I deste Ato.

Art. 3º Republique-se o [ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 6, de 20 de fevereiro de 2020](#), com as alterações promovidas por este Ato.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Brasília, 9 de dezembro de 2020.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente

Este texto não substitui o original publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 6/2020

ANEXO I

Grupo / Tribunal	Data limite para migração
PJe 2.6	
Pilotos - TRT 12 e TRT 15	09/01/2021
G1 - TRT 6, TRT 8, TRT 9, TRT 20 e TRT 23	31/01/2021
G2 - TRT 3, TRT 5, TRT 7, TRT 11, TRT 14 e TRT 21	07/02/2021
G3 - TRT 1, TRT 13, TRT 16, TRT 17 e TRT 10	28/02/2021
G4 - TRT 4, TRT 2, TRT 18, TRT 19, TRT 22 e TRT 24	07/03/2021
PJe 2.7	
Pilotos - TRTs a serem designados pelo SETIC/CSJT*	20/06/2021
G1 - TRT2, TRT 6, TRT 8, TRT 12, TRT 20 e TRT 22	01/08/2021
G2 - TRT 3, TRT 5, TRT 7, TRT 9, TRT 14 e TRT 21	08/08/2021
G3 - TRT 1, TRT 11, TRT 13, TRT 16, TRT 17 e TRT 23	15/08/2021
G4 - TRT 4, TRT 10, TRT 15, TRT 19, TRT 22 e TRT 24	22/08/2021
PJe 2.8	
Pilotos - TRTs a serem designados pela SETIC/CSJT*	19/12/2021
G1 - TRT 4, TRT 6, TRT 8, TRT 9, TRT 12 e TRT 20	06/02/2022
G2 - TRT 3, TRT 5, TRT 7, TRT 11, TRT 14 e TRT 21	13/02/2022
G3 - TRT 1, TRT 13, TRT 16, TRT 17, TRT 18 e TRT 23	20/02/2022
G4 - TRT 2, TRT 10, TRT 15, TRT 19, TRT 22 e TRT 24	27/02/2022
* Os TRTs designados como Pilotos das versões 2.7 e 2.8 ficam excluídos dos respectivos grupos	